

Subsunção do trabalho ao capital na análise de Marx no regime capitalista de produção: O trabalho como base miserável de valor

Ana Luíza Matos de Oliveira

Economista (UFMG) e Mestra em Desenvolvimento Econômico (Economia Social e do Trabalho) pela Unicamp.

Resumo: Nesse artigo, apontaremos quais seriam, para Marx, as relações entre capital e trabalho e quais tendências adviriam dessa relação. Em um primeiro momento, trataremos da mercadoria e do trabalho que se transforma em mercadoria, com a formação de um “mercado de trabalho”; em seguida, das formas de subsunção formal e real que transformam as relações de trabalho e de produção; da geração de mais-valor e a aplicação do progresso técnico em torno desse objetivo único do sistema; da discussão sobre o trabalho como “base miserável” de valorização; e, finalmente, do desemprego e o exército de reserva. A partir da leitura de diversas obras de Marx, trazemos um conjunto de categorias fundamentais para entender o funcionamento das relações de trabalho que perduram até os dias de hoje e propomos que a teoria marxista sobre o capital continua atual para entender as relações capital/trabalho nos dias de hoje. A partir dessas teorizações aqui apresentadas, pode-se partir para a compreensão de realidades específicas, dado que, apesar de em constante transformação, continuamos em um sistema capitalista.

Palavras-chave: Mercadoria; Mais-valor; Marx, Karl (1818-1883); Base miserável; Capital

INTRODUÇÃO

Para compreender a dinâmica do “mercado de trabalho¹”, bem como as disputas pelo poder que caracterizam o mesmo, é necessário compreender a dinâmica do capitalismo, pois esse modo de produção é historicamente determinado². Não se pode separar a dinâmica da venda da força de trabalho do resto da economia capitalista, pois a mesma se subordina a uma dinâmica global, variando com as mudanças ocorridas no processo de produção, articulado ao trabalho, à proteção ao trabalho e à produção para a valorização do capital. O objetivo nesse sistema é a valorização do capital e nesse sentido o trabalho está subordinado ao capital: “não é o trabalho que emprega o capital, é o capital que emprega o trabalho” (Marx, 2010:109). A crítica das condições do trabalho e dos trabalhadores considera:

- i. Que existe uma assimetria entre trabalhadores e capitalistas: existe uma relação social de produção – em que o capital tem poder em relação ao trabalho - e não apenas uma relação técnica;
- ii. Que o objetivo principal do capitalismo é a valorização máxima do próprio capital, sendo a geração de empregos ou a melhoria das condições de produção objetivos secundários ou antagônicos em relação ao primeiro;
- iii. Que o direito do trabalho existe para proteger o trabalhador, portador indissociável do mesmo, não sendo possível considerar o trabalho como uma simples mercadoria.
- iv. Que o capital não é um fator de produção, mas o detentor do dinheiro-riqueza em geral e como tal tem direitos na apropriação do lucro geral de cada período;
- v. Que o progresso técnico que aumenta a produtividade social do trabalho é necessariamente tendente a elevar a composição técnica do capital e assim produzir um mesmo volume de produtos com menor tempo de trabalho socialmente necessário, o que torna necessário um número mais reduzido de trabalhadores e torna o desemprego um fenômeno estrutural e necessário ao próprio capitalismo, criando o chamado exército de reserva e uma superpopulação relativa;
- vi. Que a queda do salário (nominal ou real) ou a diminuição da regulação trabalhista não altera a tendência do capitalismo de gerar desemprego, pois essa é intrínseca à lógica do capital e à concorrência intercapitalista;
- vii. Que a dinâmica da produção nada tem a ver com a função de produção neoclássica, em que se usa mais trabalho ou mais capital em função dos preços relativos desses ditos fatores;

¹ O termo mercado de trabalho não tem para Marx qualquer papel analítico semelhante ao existente nos autores neo-clássicos, neo-keynesianos, novo-clássicos e assemelhados. Por isso, nesse contexto marxiano decidimos utilizá-lo entre aspas. Desde Marx e com Keynes, Kalecki e Minsky, o chamado mercado de trabalho não é determinante do nível de emprego e o que ocorre na negociação salarial entre trabalhadores e capitalistas, é, em grande medida, condicionado pelo processo de acumulação de capital, pelas decisões de investimento, pelo progresso técnico e pelas condições de financiamento em geral.

² O termo „*bestimmte (n)*” utilizado por Marx é aqui traduzido por “determinado” no sentido de “**certo** modo de produção” ou “modo de produção **específico**”, como do significado da palavra em alemão; não se trata de um “determinismo”.

- viii. Que a estrutura social do modo de produção capitalista não permite que o trabalhador escolha quanto ofertar de trabalho, a partir do *tradeoff* lazer e consumo;
- ix. Que para a análise do trabalho no capitalismo é necessário ter uma perspectiva coletiva ou de classe, já que o trabalho nesse sistema é realizado majoritariamente de forma coletiva, não de forma individual, de acordo com as “racionalidades” de cada “ofertante de trabalho”.

Nesse artigo, apontaremos quais seriam, para Marx, as relações entre capital e trabalho e quais tendências adviriam dessa relação. Em um primeiro momento, trataremos da mercadoria e do trabalho que se transforma em mercadoria, com a formação de um “mercado de trabalho”; em seguida, das formas de subsunção formal e real que transformam as relações de trabalho e de produção; da geração de mais-valor e a aplicação do progresso técnico em torno desse objetivo único do sistema; da discussão sobre o trabalho como “base miserável” de valorização; e, finalmente, do desemprego e o exército de reserva. A partir da leitura de diversas obras de Marx, trazemos um conjunto de categorias fundamentais para entender o funcionamento das relações de trabalho que perduram até os dias de hoje e propomos que a teoria marxista sobre o capital continua atual para entender as relações capital/trabalho nos dias de hoje. A partir dessas teorizações aqui apresentadas, pode-se partir para a compreensão de realidades específicas, dado que, apesar de em constante transformação, continuamos em um sistema capitalista.

1.1. A MERCADORIA E O TRABALHO COMO MERCADORIA

A mercadoria é a unidade básica da riqueza no capitalismo, um produto específico e intrínseco desse sistema. “A formação da relação capitalista mostra, desde o início, que ela só pode ocorrer num determinado estágio histórico do desenvolvimento econômico da sociedade – das relações sociais de produção e das forças produtivas” (Marx, 2010:51). A mercadoria satisfaz as necessidades humanas através de seu valor de uso. De acordo com Marx, o valor (de troca) só pode existir se existe mercadoria.

Cabe ressaltar, nesse estágio, que as mercadorias adquirem a “forma dinheiro” na troca no mercado. O movimento direto das mercadorias é M-D-M (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria), i.e.: o valor de uso³ se nega em valor de troca⁴ e o valor de troca se nega em valor de uso. Nessa forma (M-D-M), o valor se conserva e o dinheiro funcionaria como um intermediário, uma “existência particular” das mercadorias, que facilitaria as trocas: “Todas as mercadorias são diferentes do dinheiro apenas formalmente; o dinheiro é apenas uma forma de existência particular delas, uma forma que elas adotam na circulação e para a circulação” (Marx, 2010:47).

³ Valor de uso representa as “qualidades naturais”, os usos possíveis de uma mercadoria para os sujeitos.

⁴ Valor de troca representa as quantidades proporcionais em que uma mercadoria se troca com todas as outras mercadorias.

Apesar da aparência de simples meio de troca, o dinheiro tem outro movimento no sistema capitalista⁵, no qual assume o papel de capital. A sequência M-D-M é o movimento **aparente e invertido**: no capitalismo a mercadoria é um meio de valorização do capital, o capital está aí pressuposto. Porém o mesmo se mostra não em sua **essência** para a produção de *mais valor* (D-M-D'), mas em sua **aparência** (M-D-M) (Fausto, 2002). A aparência do capital é a negação da sua essência (Fausto, 1997).

Enquanto originalmente, na circulação simples de mercadorias, o dinheiro aparece como ponto de transição, a mercadoria transformada em dinheiro aparece como ponto de partida e ponto final do movimento do capital. E a mercadoria, como metamorfose do dinheiro, aparece como mero ponto de transição (Marx, 2010:117).

O dinheiro atinge o papel de mercadoria também e, no auge do processo de reificação, o sistema monetário atua como mediador final, acrescentando à complexidade do sistema uma “divindade visível”. Se abstrairmos o conteúdo material da acumulação de mercadorias (diferentes valores de uso) e considerarmos somente as formas econômicas desse processo, veremos que o dinheiro é o último produto. O dinheiro não cumpre somente a finalidade técnica de facilitar as trocas, mas é também uma expressão da natureza da sociedade, em que os produtores privados produzem para a troca e só através dela o fruto de seu trabalho é socializado (Belluzzo, 1998), pelas relações sociais de produção que se escondem por detrás do dinheiro (Rubin, 1987). Na medida em que a forma dinheiro se fixa numa mercadoria adequada - a função de equivalente universal -, nela se reúnem as duas funções de não-valor de uso e a de ser espelho do valor (Fausto, 1997): é uma “mercadoria universal”, é a existência exteriorizada - *entäußerte Dasein* - da mercadoria, em sua forma exteriorizada - *entäußerte Gestalt*.

A circulação D-M-D', D mascara o caráter privado do trabalho e das relações sociais entre produtores: o dinheiro se transforma em mercadoria e depois em dinheiro novamente, $(D + \Delta D)$ ou D', apresentando uma modificação quantitativa – mas não qualitativa entre os dois extremos⁶. É a valorização do capital através da “compra para novamente vender” (Marx, 2010:22). O (único) objetivo do capital nesse circuito seria o da sua valorização.

Como o resultado do processo é a conservação e o aumento do valor – autovalorização do valor -, aquilo que é o conteúdo do movimento nele aparece como fim consciente (...). O valor de uso, portanto, nunca deve ser considerado como seu fim direto, mas apenas o valor de troca (Marx, 2010:32).

Esse circuito traduz a verdadeira essência do capital, i.e., a sua valorização, seja ela do capital comercial (em que se compra barato para vender por um preço maior), do capital usurário ou financeiro

⁵ Quando consideramos o ato M-D como um elo do ciclo M-D-M, este estado serve aos fins da metamorfose M-M, e por isso tem um caráter transitório e evanescente. Só quando aparece como suporte sólido do valor, como valor tornado autônomo, é que o dinheiro deixa de servir como simples intermediário do processo de intercâmbio e, ao contrário, passa a enfrentar as mercadorias como meio de não-circulação (Rosdolsky, 2001:135).

⁶ O que é característico do processo consiste, antes, em que os extremos D, D, embora sejam qualitativamente iguais, são quantitativamente diferentes, assim como a diferença quantitativa, em geral, é a única da qual o valor de troca como tal – no dinheiro ele existe como tal – é capaz segundo sua natureza (Marx, 2010:29).

(em que os extremos D-D' se aproximam, pois D' retorna como que em um passe de mágica) ou do capital industrial, que compra a “mercadoria trabalho” e produz mais-valor. O motor do capital é sempre a valorização – o processo de produção é ao mesmo tempo processo de valorização -, e nesse sentido buscará todos os meios para fazê-lo, como através da exploração do trabalhador.

1.1.2. A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

O trabalho na relação capitalista e a troca nos padrões capitalistas em termos de compra e venda de mercadorias monetizadas, estruturadas em uma sociedade que tem por base o capital como poder social, é algo recente e historicamente determinado na história humana (Marx, 1983).

A mercadoria força de trabalho não tem como objetivo a sua própria valorização, mas recebe o valor necessário para garantir sua reprodução⁷, permanecendo na esfera da circulação simples (M-D-M). O objetivo do trabalhador, para Marx, seria conseguir vender sua força de trabalho para obter em troca os víveres e demais mercadorias necessários para a reprodução de sua força de trabalho, trocando a sua mercadoria força de trabalho (M) pelo salário em dinheiro (D) para assim comprar tais víveres e mercadorias, valores de uso em geral (M). O trabalhador percorre M-D-M, pois a sua finalidade é o consumo individual, enquanto o capitalista, ao contrário, percorre a forma D-M-D (Marx, 2010). A produção de mercadorias nesse sistema exige o **trabalho alienado**, vendido para aquele que possui o controle dos meios de produção e o dinheiro que funciona como capital, i.e., que lhe dá o poder sobre os outros de contratar força de trabalho.

Porém, não se pode considerar a força de trabalho como uma simples mercadoria. Hyman (2005) chama a força de trabalho de mercadoria fictícia: tratar as relações de trabalho como se conformassem um mercado qualquer significa deixar de lado a análise de um dos atributos significativos da economia capitalista, que é a profunda assimetria de poder entre capital e trabalho. Enquanto o capital possui os meios de produção e uma quantidade de trabalhadores à disposição, o trabalhador precisa se sujeitar às condições do capitalista para ser empregado e garantir a própria subsistência e a de sua família.

Com o processo de acumulação primitiva de capital, os trabalhadores, privados dos meios de subsistência, buscam suprir suas necessidades através dos salários, vendendo a única mercadoria que possuem: a força de trabalho (Wolf, 1982). Logo, se por um lado os trabalhadores estão livres dos “laços de dependência pessoais” das relações pré-capitalistas, eles também são “indivíduos nus” - de acordo

⁷ Valor esse que varia de acordo com o tempo, país, sociedade e qualificação da mão de obra. É referente também ao sustento da família e não ao trabalhador individual, já que é necessário repor a força de trabalho constantemente.

com Poulantzas (1984) - estão separados dos meios de produção e são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver⁸. Marx complementa:

Para que o trabalho exista como trabalho assalariado, o trabalhador tem de trabalhar como não proprietário, não vendendo mercadoria, mas a disposição sobre sua própria capacidade de trabalho – sua capacidade de trabalho mesma no único modo em que pode ser vendida –, as condições de realização de seu trabalho devem se opor a ele como condições estranhadas, como potências estranhas, condições sob o domínio de uma vontade estranha, propriedade alheia. O trabalho objetivado, o valor como tal, opõe-se a ele como um ser próprio, como capital, cujo portador é o capitalista – opondo-se a ele também como capitalista (Marx, 2010:126).

Assim, a independência pessoal, que ocorre com o rompimento de laços pessoais (como os do feudalismo), se funda na dependência das coisas. Isso revoluciona as relações econômicas e sociais: os mercados, que antes eram acessórios à vida econômica, passam a adquirir um papel central. Polanyi (1980) se refere à revolução capitalista como um “moinho satânico”, que destrói as relações sociais como existiam antes - com a ajuda do Estado – para adequá-las às necessidades do capitalismo. Nesse processo, trabalho, terra e dinheiro passam a ser tratados como mercadoria (Godelier, 1989). De acordo com Lafargue (2003), essas transformações sociais geram a desvalorização do lazer e os trabalhadores são levados ao “vício” do trabalho, a se acostumarem com o ritmo de trabalho capitalista.

Marx defende que as diferenças entre as necessidades e os recursos materiais estão condicionadas pela história e que o produto do trabalho humano não necessariamente oprimirá o trabalhador: a alienação resultaria de certa forma de organização da sociedade e não do produto em si. Somente numa sociedade baseada na produção de mercadorias e em uma economia de mercado os objetos projetados fora dos homens poderiam adquirir uma existência socialmente opressiva.

Nos *Grundrisse* (Marx, 2011) aparece pela primeira vez a distinção entre trabalho (*Arbeit*) e força de trabalho (*Arbeitskraft*) (Nicolaus, 1982). A força de trabalho é a mercadoria negociada entre trabalhador e capitalista. “O que se denomina valor do trabalho é na realidade o valor da força de trabalho, que existe na personalidade dos trabalhadores e que também possui função diferente da do trabalho, como uma máquina de suas operações” (Marx, 1957:296, tradução própria)⁹. Por força de trabalho entende-se o conjunto das faculdades que se coloca em movimento ao produzir valores de uso e de troca. A força de trabalho só aparece no mercado na medida em que é oferecida à venda e por determinado tempo, pois se a vende de uma vez por todas o trabalhador se transforma de homem livre em escravo, de possuidor de

⁸ “Como é que a força de trabalho, a capacidade de trabalhar, se traduz em trabalho adequado, aplicação de esforço, capaz de proporcionar tanto os salários quanto os lucros? Marx responde: pela coerção. Em sua análise, a extração do esforço de trabalho se dá através de um regime despótico de política de produção. Embora Marx jamais tenha construído o conceito dessa ideia, ele, de fato, descreve um tipo particular de regime fabril, que eu chamo de despotismo de mercado. Nesse regime, a regulação despótica do processo de trabalho é estabelecida pela coação econômica do mercado. A dependência dos trabalhadores em relação aos ganhos em dinheiro está inscrita na sua subordinação ao Licurgo fabril” (Burawoy, 1990:30).

⁹ „Was sie also Wert der Arbeit nennt, ist in der Tat der Wert der Arbeitskraft, die in der Persönlichkeit des Arbeiters existiert und von ihrer Funktion, der Arbeit, ebenso verschieden ist, wie eine Maschine von ihren Operationen” (Marx, 1957:296).

mercadoria a mercadoria. O dinheiro, para se transformar em capital, precisa significar poder sobre a força de trabalho de um trabalhador livre.

Se, portanto, a condição de transformação do dinheiro em capital é a sua troca com capacidade de trabalho viva, ou a compra da capacidade de trabalho viva de seu proprietário, o dinheiro, em geral, só pode se transformar em capital ou o possuidor do dinheiro em capitalista na medida em que este último já encontra, no mercado de mercadorias, no interior da circulação, o trabalhador livre – livre, por um lado, na medida em que dispõe de sua própria capacidade de trabalho como mercadoria; por outro lado, livre na medida em que não dispõe de qualquer outra mercadoria ou que está livre, solto e despojado de todas as condições objetivas de realização de sua capacidade de trabalho e, com isso, no mesmo sentido em que o possuidor de dinheiro é capitalista enquanto sujeito e portador do trabalho objetivado, do valor que mantém a si mesmo, ele é trabalhador enquanto simples sujeito, mera personificação de sua própria capacidade de trabalho (Marx, 2010:51).

A força de trabalho, ao ser vendida a outro, é utilizada como bem deseja o comprador – e, nesse caso, com o único objetivo de cumprir a valorização do capital, no circuito D-M-D'. O trabalho se torna então alienado, utilizando instrumentos que não lhe pertencem, tendo como fim um produto que não é seu, produzindo de forma coordenada por outros e cuja apropriação e distribuição dos produtos do trabalho fica a cargo de outrem. Ou seja: o trabalhador só contribui como força de trabalho, não tem controle sobre o processo¹⁰. É importante compreender que essa é uma característica intrínseca, para Marx, do trabalho no sistema capitalista: alienante por definição, devido às características da produção, da propriedade e da relação dos trabalhadores com os meios de produção.

Para Marx, o caráter alienante do trabalho provoca no trabalhador que o mesmo não se sinta realizado no ato do trabalho, mas só sinta o desgaste de suas forças físicas e mentais. Assim, o trabalhador buscaria realizar-se nos tempos de não-trabalho e trabalharia somente para poder conseguir a subsistência. “Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades” (Marx, 2006a:114).

A força de trabalho seria a única mercadoria com o valor de uso de **criar valor** e nisso interessa a seu comprador, o capitalista. O valor de uso da mercadoria força de trabalho é consumido no processo de produção, ou seja, é no consumo da mercadoria força de trabalho que se cria e se transforma o valor das mercadorias. O valor de uso da força de trabalho é o trabalho em si, sua capacidade criativa, a potência de criar valor. Se por um lado essa mercadoria tem o valor de uso de criar e transformar o valor das mercadorias, seu valor de troca corresponde ao valor necessário para a sua reprodução.

O valor de uso dessa mercadoria, tal como o de qualquer outra mercadoria, só é efetivado em seu processo de consumo, portanto somente depois que ela passou da mão do vendedor para a do comprador, mas a única relação que ela mantém com o próprio processo de venda é a de ser um móbil para o comprador. Além disso, esse valor de uso, que existe antes de seu consumo como

¹⁰ Em alguns trabalhos, entende-se que o trabalhador tenha maior controle sobre o processo. Certos trabalhadores podem até ter mais autonomia que outros, mas continuam submetidos às categorias de trabalho alienado e abstrato, pois não dominam o processo de trabalho e o fruto do seu trabalho não lhes pertence.

capacidade de trabalho, tem um valor de troca que, assim como qualquer outra mercadoria, é igual à reprodução. (Marx, 2010:66).

No capitalismo, o trabalho não é diretamente social: só se torna social no sentido em que se torna igual a todas as outras formas de trabalho, ao se transformar em **trabalho abstrato**. A transformação do trabalho individual em socialmente necessário ocorre através do processo de troca (na circulação), transformando o trabalho privado e concreto em trabalho social e abstrato (Fausto, 1997). O trabalho abstrato se torna o sujeito e os homens que o efetuam se tornam simples veículos de realização do trabalho (Novack, 1977). Assim, o trabalho se converte em mero meio de subsistência para o trabalhador e meio de valorização para o capital. O **trabalho individual, concreto, útil e determinado** converte-se em **coletivo** na medida em que se transforma em seu oposto, em trabalho abstrato cristalizado nas mercadorias. Ao capital, lhe interessa o caráter abstrato do trabalho, seu valor de troca, não o seu caráter concreto e seu valor de uso¹¹. Como trabalho abstrato, os produtos do trabalho são reduzidos ao seu valor de troca, que pode ser trocado no processo de circulação. Nessa forma, possuem a mesma “objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado” (Marx, 1983:47). E essa substância comum permite a existência de valor de troca: o caráter abstrato do valor depende de seu caráter concreto, mas para o trabalhador o caráter concreto da mercadoria que produz lhe é alheio.

O caráter abstrato do trabalho está relacionado ao caráter abstrato do capital e **o trabalho é abstrato enquanto trabalho assalariado**. O caráter privado do trabalho reside no fato de que as tarefas dos trabalhadores particulares acham-se unificadas no trabalho de um “trabalhador coletivo”, por obra de um capital que, no processo competitivo: o trabalhador é mera capacidade de trabalho e as potências de seu trabalho, que lhe são estranhas (Marx, 2010). O trabalho concreto, reduzido ao abstrato, enquanto significa sofrimento para o trabalhador, para o capitalista representa riqueza e tempo livre.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a outro homem distinto do trabalhador. Se a sua atividade constitui para ele um martírio, tem de ser fonte de deleite e de prazer para outro (Marx, 2006a:119).

Assim, por um lado, a sociedade mercantil é unificada numa economia social, através da divisão do trabalho, sendo as partes individuais dessa economia intimamente relacionadas e mutuamente influenciadas; por outro, a propriedade privada e a atividade econômica autônoma dos produtores mercantis individuais fragmentam a sociedade numa série de unidades econômicas isoladas, independentes. “As relações de dependência coisal, por oposição às relações de dependência pessoal, aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, ao passo que antes

¹¹ “Será mostrado adiante que essa indiferença frente ao conteúdo particular do trabalho não é uma abstração que apenas fazemos, mas sim uma abstração que o capital faz e que integra essencialmente sua caracterização” (Marx, 2010:69); “Fazer dinheiro por meio de dinheiro é o fim do processo de produção capitalista” (Marx, 2010:114).

dependiam uns dos outros” (Marx, 2011:112). O capital se apresenta como a ligação entre esses indivíduos isolados, com a capacidade de uni-los e de fornecer à sociedade os valores de uso de que necessita. O capital passa a controlar e a representar a união social. Esse poder do capital advém da propriedade dos meios de produção e da capacidade de contratar trabalhadores, comprando temporariamente a sua força de trabalho¹².

A força de trabalho é valor de uso para o capital, por sua faculdade de produzir valor e **mais-valor**, e valor de troca para o trabalhador. À venda da força de trabalho a outrem, Marx se refere como exploração, pois o excedente gerado no capitalismo na esfera da produção viria da relação desigual ocorrida nessa troca (num mecanismo que explicaremos mais adiante). A troca entre capital e trabalho baseada no direito de propriedade e na autonomia adota, **juridicamente**, o aspecto de um intercâmbio entre iguais: proprietários livres num mercado livre (Bianchi, 1975). Embora a relação entre capital e trabalho seja formalmente de uma igualdade, existe uma assimetria intrínseca ao capitalismo, uma hierarquia das decisões de produção do capital em relação ao trabalho: é o capital quem decide quanto, quem e como contratar (com maior ou menor intervenção estatal). Na prática, o trabalho necessita do capital para dele obter seus meios de sobrevivência, enquanto o capital tem um **exército de reserva** do qual dispor. Também, parte do tempo de trabalho é trabalho não pago, roubado, é o mais-valor que compõe o lucro do capital. O capital paga ao trabalhador a quantidade de trabalho objetivado que é necessária para a reprodução de sua “condição vital” – de acordo com o país, a época e a luta política - e recebe em troca a mercadoria força de trabalho, que tem essa característica de criar valor, enquanto os insumos e instrumentos só transferem seu valor ao produto, sendo transformados pelo trabalho.

A fragmentação das decisões de produção na esfera do trabalho vivo faz com que a relação entre produtores ocorra na esfera da troca - ou esfera do trabalho morto - em que, finalmente, o trabalho privado é realizado como trabalho social. As trocas no mercado, no capitalismo, reificam as relações entre trabalhadores e assim as mercadorias adquirem uma “forma metafísica”, pois aparentam ser mediadoras de todas as relações sociais. Os laços sociais parecem ter sido engolidos pelas coisas e as mediações desaparecem: o valor parece emanar diretamente da circulação, e não da produção. Por conseguinte, o fetichismo da mercadoria aparece como uma síntese do valor trabalho.

O trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Com base neste pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio (Marx, 2006a:112).

¹² “O capital é então o poder de domínio sobre o trabalho e sobre os seus produtos. O capitalismo tem este poder, não em razão das suas virtudes pessoais ou humanas, mas como proprietário do capital. O seu poder é o poder de compra do seu capital, a que nada se pode contrapor” (Marx, 2006a:80).

O trabalhador produz a mercadoria colocando sua vida no objeto, utilizando-se de sua força e de seu cérebro. Quanto mais de si ele coloca no produto, quanto mais esse cresce, mais diminuto fica o próprio trabalhador. O trabalho, assim, se transforma em coisa alheia, um poder autônomo que se opõe ao trabalhador. E o objeto se torna assim uma força hostil e antagônica.

1.2. A SUBSUNÇÃO FORMAL E REAL DO TRABALHO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Denomina-se produção capitalista o modo de produção social em que o processo de produção é subsumido ao capital, ou que se baseia na relação de capital e trabalho assalariado, e isso de tal forma que ele é o modo de produção dominante. O capital só existe como forma dominante e específica de um período de produção onde submeteu a si a produção.

1.2.1. SUBSUNÇÃO FORMAL AO CAPITAL

Num primeiro estágio de desenvolvimento, o capital se apropria dos processos de trabalho como ocorriam quando se tratava de produtores livres detentores dos meios de produção. Uma modificação primeira na produção (mas não no processo de trabalho) poderia ser um aumento da jornada, acarretando a subsunção real do trabalho ao capital.

As modificações do capital no processo de produção, no sentido de aumentar a produtividade, podem advir do uso da força coletiva dos trabalhadores em conjunto, i.e., através do uso da **cooperação**. Inclusive, a divisão do trabalho pressupõe a cooperação do trabalho (ou seria apenas um modo específico seu), levada a outro nível. A cooperação de trabalhadores sob o comando do capital ministra-lhe uma força conjunta maior que a força individual: “um indivíduo não pode fazer em 100 dias, e nem mesmo 100 indivíduos [isolados] podem fazer em 100 dias, aquilo que 100 fazem num dia por meio da cooperação” (Marx, 2010:290). A simultaneidade do trabalho em cooperação potencia sua produção.

Para Marx, a cooperação seria o primeiro estágio da subsunção do trabalho ao capital, pois apesar de não modificar o processo de trabalho, já significa que os trabalhadores estão reunidos através do poder do capital, que compra sua força de trabalho por certo tempo definido. Em estágios subsequentes, a cooperação daria lugar a modificações no processo de trabalho em si, acarretando a subsunção real ao capital. Essa reunião de trabalhadores sob o comando do capital – condição da cooperação capitalista – aumenta a escala (massa ou grandeza absoluta) da produção de mais-valor, que depende da quantidade de trabalhadores explorados simultaneamente pelo mesmo capital.

1.2.2. SUBSUNÇÃO REAL AO CAPITAL

A divisão do trabalho pressupõe a cooperação dos trabalhadores e vai mais além, dividindo entre eles tarefas específicas, com vistas a aumentar o ritmo de produção. A divisão do trabalho é uma forma de cooperação particular para aumentar a força produtiva do trabalho e realizar o mesmo trabalho em tempo de trabalho mais curto, a fim de reduzir o tempo de trabalho necessário para a reprodução da capacidade de trabalho e de estender o tempo de sobre trabalho.

Na cooperação simples, tem-se a interação de muitos que realizam o mesmo trabalho. Na divisão do trabalho, trata-se da cooperação de muitos trabalhadores sob o comando do capital que produzem diferentes partes das mesmas mercadorias, para as quais cada parte particular requer um trabalho particular, uma operação particular e cada trabalhador ou um múltiplo determinado de trabalhadores executa apenas uma operação particular, enquanto outro executa outra, etc.; a totalidade dessas operações, porém, produz uma mercadoria, uma determinada mercadoria particular; portanto, é na mercadoria que se apresenta a totalidade desses trabalhos particulares (Marx, 2010:298).

O trabalho subsumido ao capital assume outras características, como mostra Marx (2010):

[...] seu trabalho se torna forçado porque, na medida em que os trabalhadores entram no processo de trabalho, ele já não lhes pertence, mas sim ao capital, já estando nele incorporado. Os trabalhadores são submetidos à disciplina do capital e a condições de vida totalmente modificadas (:304).

Na divisão do trabalho, cada trabalhador (ou conjunto de trabalhadores) se ocupará de uma etapa específica do processo de produção das mercadorias, chegando poder a perder a noção do processo como um todo, com a sua especialização em uma função. A função do trabalhador se torna, para ele, isolada do resto e do processo de produção como um todo. Esse novo processo requer maiores escalas e capital, pois mais matéria-prima é trabalhada em um mesmo espaço de tempo e, igualmente, mais trabalhadores precisam ser contratados.

As modificações trazidas pela divisão do trabalho e pelas alterações no processo de produção não se resumem à esfera da produção, mas modificam também a organização social, a esfera das trocas, a sociabilidade, os hábitos de consumo etc. A complexidade das trocas passa a requerer um uso mais difundido do dinheiro como meio de troca.

Na medida em que o capital desloca o tempo de trabalho além da medida determinada para a satisfação da necessidade natural do trabalhador, ele impulsiona uma maior divisão do trabalho social – o trabalho na totalidade da sociedade –, uma maior diversidade da produção, a ampliação da esfera de necessidades sociais e dos meios de sua satisfação, por isso, também o desenvolvimento da capacidade de produção humana e, com isso, o exercício das faculdades humanas em novas direções (Marx, 2010:216).

O capital modifica totalmente os processos de produção e o faz continuamente, com vistas a sempre aumentar a produtividade e a lucratividade, já que do processo de produção advém a criação de valor e o mais-valor. “O trabalho do trabalhador se torna muito maior do que no trabalhador autônomo, porque sua relação não é determinada em absoluto pela relação de seu trabalho com sua necessidade, mas antes pela necessidade ilimitada, irrestrita do capital com o sobretrabalho” (Marx, 2010:223). O que importa é a valorização do capital, não a satisfação das necessidades individuais: “O capitalista nada mais deseja

senão que o trabalhador dilapide suas doses de força vital tanto quanto possível sem interrupção” (Marx, 2011:228). O capitalista fará com que o trabalhador trabalhe por todo o tempo possível e utilize somente o tempo de trabalho necessário no processo de produção. O trabalho e o próprio trabalhador aparecem assim totalmente submetidos ao comando do capital (Marx, 2010).

Percebe-se que o capitalismo promove a constante revolução dos meios de produção e um grande desenvolvimento tecnológico, com vias a aumentar a produtividade e a lucratividade para o capital. O que fica claro com esse item é que: i) o trabalho produtor de mais-valor, numa relação típica capitalista, é feito majoritariamente em processos coletivos e precisa de ser tratado desde uma abordagem também coletiva, e não individual; ii) o processo de produção é revolucionado de forma contínua de acordo com os interesses da valorização do capital, dado o nível tecnológico e também o poder de barganha e de organização dos próprios trabalhadores; iii) as transformações realizadas pelo capital no processo de produção impactam o dia-a-dia dos trabalhadores e a sua sociedade, não se restringindo ao âmbito do trabalho; iv) com o desenvolvimento do capital, torna-se mais complexa a divisão do trabalho – não só dentro de um mesmo espaço da fábrica, mas também entre países -, e outros fenômenos como o fetichismo da mercadoria e o trabalho alienado se tornam mais visíveis, pois a liberdade do capital para se desenvolver acaba por radicalizar tais tendências aqui apresentadas.

1.3. MAIS-VALOR¹³

É importante fornecer as bases para a compreensão da dinâmica da exploração, através do mais-valor – *Mehrwert* e da busca do capital em maximizar o tempo de trabalho não pago, através do mais-valor absoluto ou relativo – *absoluter* ou *relativer Mehrwert*. Ambas formas de ampliação de mais-valor são conjugadas e se complementam no sistema capitalista.

Nos *Grundrisse*, Marx (2011) afirma que o valor do produto é igual ao valor da matéria prima e do instrumento de trabalho – o chamado *capital constante* (c) -, mais o valor do trabalho – o chamado capital variável. No processo de produção, há três elementos: a matéria-prima, o instrumento e o trabalho. A matéria-prima e o instrumento, considerando um uso de 100% de suas potencialidades, mudam sua forma durante o processo e como quantidade de valor de troca permanecem iguais. “Por outro lado, o trabalho é igualmente consumido ao ser utilizado, posto em movimento, e desse modo é despendido um determinado quantum de força muscular etc. do trabalhador, pelo que ele se esgota” (Marx, 2011:233).

¹³ Opta-se aqui por utilizar a tradução ao português do termo em alemão *Mehrwert* como mais-valor e não mais-valia, já que, como explicam os tradutores das versões mais recentes dos *Grundrisse* (Marx, 2011) e dos *Manuscritos* de 1861-1863 (Marx, 2010), a tradução literal desse termo ao português seria “mais” (*mehr*) e “valor” (*Wert*), considerando também que, em português, ao tratar-se de relações econômicas, utiliza-se o vocábulo valor, enquanto o vocábulo valia não transmite a mesma ideia nem tem utilização corrente, a não ser como a terceira pessoa singular do pretérito imperfeito do verbo valer. No entanto, nas citações de livros mais antigos que utilizam o termo “mais-valia”, mantém-se o termo dos autores ou tradutores.

A força de trabalho é consumida, mas também muda seu valor no processo de produção, criando valor - e *mais-valor*. Essa fração do capital é chamada *capital variável* (v) – já que é a parte que não conserva constante seu valor, mas o amplia -, pois o trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho valor novo através do dispêndio de músculos, cérebro e nervos. E parte do trabalho adicionado à mercadoria é trabalho roubado, não pago: o chamado *mais-valor*.

Suspeito que muitos de vós perguntareis: Haverá, então, na verdade, uma diferença tão grande, ou alguma diferença entre determinar os valores das mercadorias pelos salários e determiná-los pelas quantidades relativas de trabalho necessário à sua produção? Tendes, no entanto, de estar cientes de que a retribuição do trabalho e a quantidade do trabalho são coisas muito díspares (Marx, 2008:44).

A troca equivalente no processo de produção, para Marx, é meramente aparente, pois o capital recebe mais valor do que o pago na esfera da produção: apesar de o trabalhador receber aquilo que lhe é correspondente para a sua reprodução na esfera da circulação, no resto da jornada produz-se para o capital sem pagamento correspondente. Isso é a origem do mais-valor, origem abstrata do lucro do capitalista. Não há uma mudança somente formal no processo de produção, mas um aumento do capital. Ocorre uma ampliação, uma valorização do capital na esfera da produção e a fonte de tal valorização é justamente o trabalho, através do não-pagamento de parte do valor produzido na jornada de trabalho.

Se o trabalhador precisa trabalhar somente meia jornada de trabalho para viver um dia inteiro – isto é, para produzir os meios de subsistência necessários diariamente para a sua conservação como trabalhador, então o valor de sua capacidade de trabalho diária é igual a meia jornada de trabalho (...). Seu valor de uso consiste, por exemplo, numa jornada de trabalho, enquanto seu valor de troca é apenas meia jornada de trabalho (Marx, 2010:127).

O trabalho como *criador* de valor se distingue de todas as outras mercadorias. Assim, o trabalhador alcança dois resultados: “ressuscita dos mortos os meios de produção, os vivifica para serem fatores do processo de trabalho e se combina com eles para formar produtos” (Marx, 1983:166). O valor de uso da força de trabalho é a sua capacidade de gerar valor, porém, devido à extração de mais-valor, o salário recebido pelo trabalhador é menor que o valor por ele criado, gerando uma distorção entre seu valor de uso e de troca. Assim, o capitalista realiza um lucro não por vender a mercadoria por um preço superior e acima de seu valor, mas por vendê-la por seu **valor real**. Se o lucro do capitalista adviesse da venda das mercadorias acima de seus valores, e todos os capitalistas praticassem o mesmo truque, a valorização e a reprodução ampliada do capital seriam somente manobras aritméticas sem respaldo na economia real. Para Marx, aqui se encontra a fonte da valorização do capital. “No processo de produção, a separação entre o trabalho e seus elementos existenciais objetivos – material e instrumento – é suprimida. Na separação repousa a existência do capital e do trabalho assalariado (Marx, 2010:187)”. Esse poder social lhe permite contratar os trabalhadores ditando as condições de emprego.

O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade total de trabalho nela contida. Mas parte dessa quantidade de trabalho é realizada num valor para o qual foi pago um equivalente sob a forma de salário; outra parte é realizada num valor pelo qual não foi pago

qualquer valor equivalente. Parte do trabalho contido na mercadoria é trabalho pago; parte, é trabalho não-pago. Portanto, ao vender a mercadoria pelo seu valor, isto é, como a cristalização da quantidade total de trabalho posto nela, o capitalista tem necessariamente de vendê-la com um lucro. Ele não vende apenas aquilo que lhe custou um equivalente, mas vende também o que não lhe custou nada, apesar de ter custado trabalho ao seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o seu custo real são coisas diferentes. Repito, portanto, que os lucros normais e médios são obtidos vendendo as mercadorias, não acima, mas pelos seus valores reais (Marx, 2008:63-64)

Se supormos que o valor que o capital paga ao trabalhador é um equivalente exato do valor que cria o trabalho no processo de produção, o aumento de valor seria impossível. Mas se somente parte da jornada de trabalho for suficiente para manter o trabalhador vivo durante um dia de trabalho, então o tempo a mais que ele trabalha é trabalho “extra”, “roubado”, ou nos termos de Marx, mais-valor: o que do ponto de vista do capitalista se traduz em mais-valor, lucro, valorização e reprodução do capital, do ponto de vista do trabalhador traduz-se em exploração, pois é um valor acima de sua necessidade e que não será revertido em seu proveito, mas sim do Capital. O que aparece do lado do capital como mais-valor, aparece do lado do trabalhador como mais-trabalho - *Mehrarbeit*.

O valor da força de trabalho estaria determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade requeridos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar essa força de trabalho (Pietranera, 1970; Marx, 2008).

Em verdade, não se trata, assim, de encurtar a jornada de trabalho, mas antes, como em todo desenvolvimento da força produtiva sobre a base capitalista, de encurtar o tempo de trabalho de que o trabalhador necessita para a reprodução de sua capacidade de trabalho, em outras palavras, para a produção de seu salário, portanto, trata-se de diminuir a parte da jornada de trabalho que ele trabalha para si mesmo, a parte paga de seu tempo de trabalho e, por meio de sua redução, de prolongar a outra parte da jornada que ele trabalha gratuitamente para o capital, a parte não paga da jornada de trabalho, seu tempo de sobretrabalho (Marx, 2010:368).

O capital tentará, deste modo, qualquer manobra que lhe permita prolongar o tempo de trabalho não-pago e diminuir o tempo de trabalho necessário – *notwendige Arbeit* - para repor a força de trabalho. O objetivo do capitalista ao introduzir novas formas de produção é sempre aumentar o lucro, motor das inovações técnicas nesse sistema, não pensar nas necessidades do trabalhador.

Mais-trabalho é trabalho do trabalhador, do indivíduo, além dos limites de sua necessidade, em verdade, trabalho para a sociedade, embora aqui o capitalista cobre esse mais-valor antes, em nome da sociedade. Como foi dito, esse mais-trabalho, por um lado, é a base material de todo seu desenvolvimento e da cultura em geral. Na medida em que é a coerção do capital que força a grande massa da sociedade a esse trabalho além de sua necessidade imediata, ele gera cultura; ele exerce uma função histórico-social (Marx, 2010:213).

Ao colocar as mercadorias para serem vendidas no mercado, o capitalista se depara com outros capitalistas que lhe são concorrentes. A estratégia seria de reduzir o valor das mercadorias e o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Pressão é colocada sobre os trabalhadores, a fim de que a taxa de lucro não seja prejudicada. O objetivo do capitalista é aumentar a produção no mesmo espaço de tempo, fazendo com que o valor das mercadorias produzidas caia (por menos trabalho

incorporado em cada uma delas), mas que possa continuar vendendo a um preço elevado. Portanto, o valor do produto do trabalho é inversamente proporcional à produtividade do trabalho. O valor de uso da mercadoria permanece o mesmo, embora seu valor de troca caia, isto é, uma quantidade menor de tempo de trabalho é objetivada nele, menos trabalho é requerido para sua produção. Assim, busca-se aumentar a taxa de mais-valor, i.e., a fatia de trabalho não pago em relação à quantidade paga ao trabalhador, pois se uma parte menor de sua jornada total resta com a reprodução do salário, uma parte maior é gasta para o capitalista (Marx, 2010).

1.3.1. MAIS-VALOR ABSOLUTO

O mais-valor absoluto consistiria em **ampliar a jornada de trabalho** mantendo constante o salário até o limite do fisiologicamente ou politicamente possível, para além de seus limites para a subsistência, com a apropriação desse valor. Essa forma de extração de mais-valor não corresponderia a inovações técnicas ou tecnológicas na produção, mas à extensão da jornada sem correspondente aumento no salário ou por uma intensificação do trabalho. Para Marx (1957), o impulso imanente da produção capitalista é de que o trabalho seja utilizado as 24h do dia. Porém, a jornada de trabalho não pode ser aumentada ilimitadamente, pois a capacidade física dos trabalhadores constitui o primeiro limite natural.

Na história da produção capitalista, assim se representa a normatização da jornada de trabalho como luta para a diminuição da mesma: uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe dos capitalistas e o conjunto dos trabalhadores ou a classe trabalhadora (Marx, 1957:189, tradução própria)¹⁴.

A luta pela ampliação ou redução do tempo de trabalho envolve a discussão da geração de mais valor absoluto.

1.3.2. MAIS-VALOR RELATIVO

O mais-valor relativo é gerado, essencialmente, pelo **aumento da produtividade** do trabalho, fazendo com que o trabalhador produza mais mercadorias em menos tempo. Se a duração da jornada de trabalho normal está dada, então o mais-valor pode aumentar somente em decorrência da crescente produtividade do trabalho. Assim, (a) aumenta a “fatia” de seu trabalho diário destinado à produção de mais-valor (a chamada taxa de mais-valor) em relação ao trabalho necessário para repor a força de trabalho, já que o valor correspondente a seu salário é criado com menos tempo de trabalho; (b) reduz-se o valor dos próprios itens que compõem a cesta de consumo do trabalhador, o que pode ser também uma maneira de gerar mais-valor relativo (reduz-se o tempo de trabalho necessário).

¹⁴ „Und so stellt sich in der Geschichte der kapitalistischen Produktion die Normierung des Arbeitstages als Kampf um die Schranken des Arbeitstages dar – ein Kampf zwischen dem Gesamtkapitalisten, das heist der Klasse der Kapitalisten, und dem Gesamtarbeiter oder der Arbeiterklasse” (Marx, 1957:189).

Para Marx (2010), o tempo de trabalho necessário é o tempo de trabalho que substitui o tempo de trabalho contido no salário. O tempo de trabalho necessário poderia ser reduzido ou com a diminuição do salário ou com a introdução de inovações técnicas para o aumento da produtividade, motor do investimento em tecnologia no capitalismo. Necessário é reforçar que a redução do tempo de trabalho necessário se traduz no aumento do tempo de sobretrabalho. “Um diminui no grau em que o outro aumenta, e vice-versa” (Marx, 2010:270).

1.4. O DESEMPREGO E O EXÉRCITO DE RESERVA

O **exército industrial de reserva** é formado por trabalhadores sem emprego à disposição do capital e ajuda a manter baixo o nível de salários. Esse “exército” pressiona os ocupados a seguirem os ditames do capital e os outros desempregados a se submeterem às condições do mesmo, por risco de passar (ou a continuar) a fazer parte a fileira de desempregados. A pressão do próprio exército de reserva obriga a classe trabalhadora ao sobretrabalho e à submissão ao capital, mantendo disciplinada a classe trabalhadora. O capital, ao mesmo tempo, multiplica a demanda por trabalho através do investimento produtivo e da acumulação e aumenta a oferta de trabalhadores por “liberar” força de trabalho ao cortar investimentos ou aumentar o mais-valor absoluto e relativo.

Os movimentos de salário não ocorrem pelo movimento absoluto da classe trabalhadora, mas pela proporção em que se dividem exército ativo (trabalhadores ativos) e de reserva (desempregados), influenciado pela luta política. Essa “população excedente”, ao mesmo tempo em que resulta da ação do capital – que libera a mão de obra para o desemprego -, é também a alavanca essencial da acumulação capitalista, por pressionar os trabalhadores a aceitarem as condições do capital, em uma relação de assimetria, como havíamos dito anteriormente.

Para Marx, o desemprego é **intrínseco ao capitalismo**, que pode melhorar ou piorar de acordo com a situação da economia, o nível de investimento etc, mas é um fenômeno típico do capitalismo, em que os trabalhadores empregados trabalham excessivamente e são explorados pelo capital, enquanto outra parte dos trabalhadores é liberada não para o ócio, mas para o desemprego. O capitalismo vem acompanhado de um desemprego crônico, pois seu modo de produção exige que sempre haja trabalhadores em excesso em relação à produção, que justamente funcionam como mecanismo de regulação do nível dos salários em prol do capital. A existência de uma população excedente de trabalhadores – o exército de reserva - é necessária para a acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo: é necessário que haja um exército industrial de reserva disponível para que o capitalismo tenha liberdade de ação.

Nos momentos de crise, os trabalhadores são forçados a aceitar salários piores ou condições irregulares de emprego: isso ajuda a disciplinar a classe trabalhadora, a quebrar seu poder de resistência

e manter baixos os salários. Portanto, o “mercado de trabalho”, para Marx, **não apresenta uma igualdade real entre ambas partes** (trabalhador e capitalista).

1.5. TRABALHO COMO BASE MISERÁVEL

Como viemos corroborando, o capital busca a sua valorização a qualquer custo. Marx articulou, teoricamente, a busca incessante por inovações, a obtenção de superlucros e a concorrência intercapitalista. “Dessa elaboração, depreende-se que a inovação tecnológica está ligada ao motor da dinâmica do sistema capitalista” (Paula, Cerqueira e Albuquerque, 2002:829). A tendência do capital é negar o trabalho vivo (força de trabalho) e substituí-lo por trabalho morto (máquinas e instrumentos), a fim de aumentar a produtividade do mesmo. Assim, aumenta cada vez mais a *composição orgânica do capital* e o mesmo busca outras formas de valorização, como, por exemplo, através do capital fictício, que se valoriza de forma independente do trabalho. A composição orgânica do capital é representada pela relação c/v , sendo c o capital constante e v o capital variável, conforme definido anteriormente. Essa é uma tendência do capital: a aplicação de tecnologias que sejam poupadoras de trabalho, com o objetivo de ampliar a quantidade de mais-valor produzido e **substituir trabalho vivo por morto**. Usando máquinas para substituir trabalhadores, há um aumento da produtividade por trabalhador e uma queda no valor das mercadorias, já que é o trabalho o criador de valor e mais-valor. Ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento (Marx, 1984b). E o capitalista obtém um lucro extraordinário até que essa inovação seja socializada. Assim, é possível haver diminuição do número de operários ocupados por determinada quantidade de capital, empregando parte do que era usado em salário para a compra de bens de capital.

No capitalismo, o trabalho é uma simples forma de valorização do Capital. Marx (2006) advoga que o trabalhador desce ao nível de miserável mercadoria e que, paradoxalmente, a penúria do trabalhador aumenta com seu poder de sua produção: o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto maior a produção – quanto mais riqueza produz -, pois com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O próprio homem é considerado mera existência da força de trabalho, uma besta de carga, mera máquina de produzir riqueza alheia.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (Marx, 2006a:111).

E ainda:

Quanto mais refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna

o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza (Marx, 2006a:113).

A concorrência intercapitalista, inerente ao sistema, pressiona os capitalistas a investir e a estimular o progresso técnico. A mecanização da produção segundo Belluzzo (1998) tem três dimensões que precisam ser consideradas: (i) A primeira é a inversão dos papéis entre máquina e trabalhador, pois a máquina passa a ser a “personificação” do capital e essa passa a ditar o processo e o ritmo de trabalho, subjugando o trabalhador como seu instrumento¹⁵; (ii) A segunda é a extração de mais-valor relativo que a tecnologia proporciona ao baratear a cesta de bens em que se baseia o valor necessário para a reprodução da força de trabalho, reduzindo por um lado o tempo de trabalho necessário e, por outro, substituindo o trabalhador pela máquina e tornando o trabalho redundante. Dessa forma, o capital reduz constantemente a necessidade do trabalho vivo, ou em outros termos, eleva a composição orgânica do capital. Revela-se, assim, o seu segundo movimento, como uma “contradição em processo”; (iii) A terceira dimensão é a criação do setor de produção de bens de capital, que produz o capital constante e se “autonomiza” em relação à produção de bens de consumo. Nessa lógica, a lei do valor enquanto lei da valorização refere-se a um regime de produção cuja única fundamentação é a valorização do capital: “para o capitalista, o meio mais útil de aplicação do capital é aquele que, com o mesmo grau de segurança, lhe proporciona o maior lucro. Esta aplicação nem sempre é a mais vantajosa para a sociedade” (Marx, 2006a:84).

Tavares (1998) ressalta que o avanço do progresso técnico resulta no barateamento das mercadorias e torna o trabalho vivo cada vez mais redundante. Assim o trabalho tende a ser “base miserável” de valorização do capital ao passo que esse se valoriza baseado na produtividade e absorvendo mais trabalho morto. A redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento de sua dimensão constante, ou a substituição do trabalho vivo pelo morto, oferece a possibilidade de o trabalhador se aproximar do que Marx chamou de “supervisor e regulador da produção” (Marx, 2011:588).

Segundo Mazzucchelli (2004), o capital é a “contradição em processo”, pois os impulsos que o levam a suprimir o trabalho necessário indicam que o capital tende a negar determinações que lhe são essenciais, constitutivas e por isso mesmo impossíveis de serem negadas. O trabalho, portanto, é “base miserável” na medida em que aumenta a produtividade, tornando-o redundante. Igualmente, é “base miserável” na medida em que o capital encontra outras formas de valorização. A força de trabalho, ao entrar no processo de produção, só faz fortalecer o capital e enfraquecer-se a si mesma: a capacidade de trabalho sai mais pobre do que nele entrou, pois produz um valor excedente, que agora existe igualmente como valor

¹⁵ “Ainda que seja característica comum a toda produção capitalista a submissão do trabalhador às suas próprias condições de trabalho como capital, essa inversão só adquire uma expressão tecnicamente tangível com o advento da maquinaria” (Belluzzo, 1998:116)

excedente, como capital, como domínio sobre a capacidade de trabalho viva, confrontando-a em sua pobreza (Marx, 2011).

O capital apresenta a necessidade imperiosa de reduzir sempre sua dimensão variável, consequentemente aumentando a sua parte constante, mas não pode prescindir do trabalho vivo no processo de produção para continuar a se reproduzir, pois precisa da articulação entre trabalho vivo e trabalho morto. Marx, em sua obra, evidencia o objetivo do capital – o da sua valorização – e afirma que o processo de trabalho é só uma “condição incômoda” para atingir o mesmo.

No interior da produção capitalista, a relação do processo de trabalho com o processo de valorização se dá de forma que o último aparece como fim e o primeiro somente como meio. O primeiro é, portanto, *stopped* onde o último não é mais possível ou ainda não é possível. Por outro lado, nos tempos de práticas especulativas, de especulações (ações etc.) e crises, torna-se claro que o processo de trabalho (a própria produção material) é apenas uma condição incômoda, e as nações capitalistas são tomadas de uma fúria universal para alcançar o fim (processo de valorização) sem os meios (processo de trabalho” (Marx, 2010:110)

Se fosse possível, o capital preferiria valorizar-se de outra maneira.

A produtividade alcançada com a tecnologia e os processos de produção no capitalismo proporcionaria as condições técnicas para a superação do próprio sistema, da liberação do trabalhador do trabalho ou de parte do tempo de trabalho, como defende Rosdolsky (2001):

Hoje o desenvolvimento técnico chegou a um ponto no qual os trabalhadores poderão finalmente libertar-se da ‘serpente de seus tormentos’, da tortura sem fim do trabalho cansativo, monótono e fragmentado, para se converterem de meros apêndices em verdadeiros dirigentes do processo de produção. Nunca estiveram tão maduras as condições para uma transformação socialista da sociedade, nunca o socialismo foi tão imprescindível e economicamente viável (:356).

Porém, no sistema capitalista, o aumento de produtividade não se traduz em melhoria das condições de vida do trabalhador de forma automática, mas precisa ocorrer por luta política, pois se deixadas segundo os interesses dos capitalistas, as inovações técnicas se traduzirão em aumento da lucratividade e da exploração.

De resto, é claro em si e para si que se a produtividade do trabalho cresce, a proporção permanecendo a mesma, então o trabalhador deveria ou trabalhar menos tempo de trabalho para reproduzir seu salário, portanto, por exemplo, 7,5 em lugar de 10 horas. Com isso, a jornada de trabalho total seria encurtada. Ou ele deveria receber uma quantidade maior de meios de subsistência, seu salário deveria subir acima do nível (Marx, 2010:272).

Se o trabalho se torna cada vez mais redundante nesse processo, aumenta o desemprego e a população dos trabalhadores aparece como uma superpopulação relativa, como exército de reserva. Porém há de considerar a importância da luta política: enquanto o capital vai buscar reduzir seus custos com pessoal para o mínimo, os trabalhadores pressionam para o aumento do salário e da proteção social e para a partilha dos ganhos de produtividade.

1.5.1. O TRABALHO COMO BASE MISERÁVEL NOS *GRUNDRISSE*

Nos *Grundrisse*¹⁶, especialmente na seção: “Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade”, Marx (2011) trata da ciência a serviço do capital, do seu desenvolvimento e de como ele traz as bases para a liberação do trabalho, tornando o trabalho uma “base miserável de valor”. Nessa seção, Marx parece descrever uma transição do capitalismo para algo além, já que questiona as categorias que ele mesmo cria e desenvolve (e que em obras posteriores retoma) como características do capitalismo, tais como o valor. Também, a forma como Marx se refere a esse *outro sistema* - em que o tempo de trabalho já não é medida de valor e de riqueza - nesse capítulo é muito diferente da forma como se refere ao capitalismo: “do modo mais vantajoso para todo o corpo social” (Marx, 2011:588) ou “desenvolvimento do indivíduo social” (Marx, 2011:588): essas expressões são contrárias à forma como Marx descreve o capitalismo e o trabalho no capitalismo em toda a sua obra. Marx (2011) poderia tratar da tensão entre o desenvolvimento da ciência e dos interesses capitalistas, que se bem criam as formas de emancipar o trabalho, não o fazem por isso não ser de interesse do sistema (mas sim “emancipam” o trabalho para o desemprego). A ciência em si não é “capitalista”, porém sua aplicação resultou muito favorável para o desenvolvimento das forças produtivas e para a valorização do capital.

Vejamos essas citações, em que trata das categorias que constrói ao longo de sua obra: “O que foi dito evidencia o absurdo de Lauderdale, que pretende fazer do capital fixo uma fonte autônoma do valor, independente do tempo de trabalho” (Marx, 2011:585); “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o **tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza**” (Marx, 2011:588 – 589, grifo nosso). Se Marx tivesse chegado nos *Grundrisse* à conclusão de que o valor no capitalismo não depende mais do tempo de trabalho, teria utilizado essas mesmas categorias sobre o valor-trabalho nos Manuscritos de 1861-63 e no Capital (e mais, sem essa “ponderação” que ele faz nos *Grundrisse*)? E Marx complementa:

Na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples quantum de trabalho – é posto pelo capital como **único elemento determinante de valor**, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso -, e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como [à] força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção” (Marx, 2011:583, grifo nosso)

¹⁶ É necessário lembrar que, apesar de nos *Grundrisse* encontrarmos reflexões muito desenvolvidas de Marx, esse texto é um esboço do que o autor pretendia publicar posteriormente e não apresentam a mesma sistematização e profundização por assim dizer “finalizada” que encontramos em uma obra para publicação, como em O Capital. Por outro lado, é uma obra extremamente importante por permitir observar os caminhos percorridos por Marx para a elaboração de obras posteriores.

Marx aqui é bastante claro: a relação do valor e da produção baseada no valor, no capitalismo, se baseia no trabalho imediato. Porém, com o desenvolvimento da indústria, criar-se-iam as condições para a emancipação do trabalho. Assim, o valor se autonomizaria do tempo de trabalho imediato para, no limite, desaparecer, em um sistema que já não será regido pelas leis do valor, i.e., já não será capitalista:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, **à medida que a grande indústria se desenvolve**, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (Marx, 2011:588).

A riqueza do capital consiste na apropriação do tempo de trabalho excedente, criando tempo disponível (com o desenvolvimento contínuo da ciência e da técnica) e apropriando-se do mesmo como excedente. E assim exacerbam-se as contradições do capitalismo. “O crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas (...) a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente” (Marx, 2011:590 – 591).

Tendo-o feito, e assim rompendo com essa contradição, o tempo disponível deixaria de ser uma existência contraditória. Cresceria o tempo disponível de todos nessa nova sociedade. Assim, o tempo de trabalho já não seria a medida da riqueza – a própria categoria do valor já não teria sentido –, mas sim o tempo disponível, alterando completamente as bases do sistema, que superaria o capitalismo:

Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o **tempo disponível**. O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho (Marx, 2011:591).

Nessa citação, Marx poderia estar se referindo à superação do capitalismo, por ir além das próprias categorias que ele mesmo utiliza para descrever o capitalismo em textos posteriores. Para que isso ocorra, seria necessária a superação da produção baseada no valor de troca, no trabalho excedente da massa e do não-trabalho de alguns (no caso, a classe capitalista):

O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata **deixa de ser a grande fonte da riqueza**, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição (:588, grifo nosso).

O trabalho, nesse novo sistema, se relacionaria com a produção como um supervisor e regulador, não estaria tão mais envolvido no processo (Marx, 2011). O trabalho como base miserável de acumulação é conjugado à “dissolução [do capital] como forma dominante” (:583), através da apropriação política do desenvolvimento tecnológico. A ciência, para Marx, estaria a serviço do capital, sendo necessário vencer essa relação: As forças produtivas e as relações sociais aparecem somente como meios para o capital. “De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares” (Marx, 2011:589).

As bases materiais para a revolução do sistema de produção estariam dadas, através do aprofundamento das contradições do mesmo sistema. Porém, seria necessário apropriar-se desses avanços para superar o capitalismo e suas categorias e liberar o trabalhador para o ócio criativo, não para o desemprego.

Marx afirma que, nesse novo sistema, o processo de produção dependeria já não diretamente do trabalhador, mas do desenvolvimento das forças produtivas¹⁷:

Portanto, o desenvolvimento pleno do capital só acontece – ou o capital só terá posto o modo de produção que lhe corresponde – quando o meio de trabalho é determinado como capital fixo não só formalmente, mas quando tiver sido abolido em sua forma imediata, e o capital fixo se defrontar com o trabalho como máquina no interior do processo de produção; quando o processo de produção em seu conjunto, entretanto, não aparece como processo subsumido à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência (Marx, 2011:583).

Porém, se por um lado Marx apresenta o progresso técnico como passível de liberar a mão de obra, parece que, para que o trabalho seja liberado, seria preciso ir além das categorias do capital, categorias essas que ele utiliza para fundamentar toda a sua teoria, e que se repetem em obras posteriores como os manuscritos de 1861-1863 e no *Capital*. Nessa seção, Marx poderia querer mostrar que a tecnologia e a ciência “constituem as condições materiais para fazê-lo [o capital] voar pelos ares” (:589), pois, segundo demonstrado anteriormente, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o trabalhador trabalharia muito menos que a quantidade a que é submetido no capitalismo¹⁸.

Assim, as condições materiais para aliviar os trabalhadores dos trabalhos mais pesados e para que os mesmos trabalhassem menos, tendo mais tempo livre já existiriam, porém enquanto a ciência - tecnologia estiver subordinada aos interesses capitalistas, continuará a tratar o trabalho como base miserável de acumulação e assim liberar os trabalhadores para o desemprego e não liberar o trabalho para o ócio criativo (com a redução da jornada de trabalho e a implosão do sistema capitalista em si): “todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho

¹⁷ É necessário relembrar que na época em que escreve Marx, havia uma profunda crença na capacidade libertadora da ciência.

¹⁸ “Que metade de um dia de trabalho seja necessário para mantê-lo [o trabalhador] vivo, não impede que o trabalhador trabalhe um dia inteiro” (Marx, 1957:155, tradução própria) / „Das ein halber Arbeitstag nötig, um ihn während 24 Stunden an Leben zu erhalten, hinder den Arbeiter keineswegs, einen ganzen Tag zu arbeiten.” (:155).

excedente” (Marx, 2011:590). E, de fato, a ciência cria as condições de produzir “do modo mais vantajoso para todo o corpo social” (Marx, 2011:588) ou permitindo “desenvolvimento do indivíduo social” (Marx, 2011:588), mas isso precisa ser apropriado politicamente, pois a ciência está subordinada aos interesses dominantes, da lucratividade do capital, e não em auxílio ao trabalhador: “É só na imaginação dos economistas que a máquina vem em auxílio ao trabalhador individual” (Marx, 2011:585). A máquina é utilizada na produção com o objetivo de aumentar a lucratividade, não para poupar o trabalhador do trabalho duro, apesar de que, nesse processo, acabe também por aliviar os trabalhadores dos trabalhos mais pesados.

1.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudando a obra de Marx, podemos perceber que para esse autor o capitalismo é um modo de produção historicamente determinado, que encontra na mercadoria sua forma de riqueza básica. Esse modo de produção é também caracterizado pela existência de uma mercadoria em particular - a mercadoria força de trabalho – e pela propriedade privada dos meios de produção.

Para caracterizar esse modo de produção, cujo objetivo é a valorização do capital, Marx utiliza certas categorias específicas, tais como trabalho alienado e abstrato, mais-valor relativo ou absoluto, exército de reserva e força de trabalho, cujos sentidos abordamos nesse capítulo. Se por um lado o objetivo é valorizar o capital, por outro, sua força “oposta” – o trabalho – é desvalorizada e explorada, desce ao nível de mercadoria. Nesse sistema, para Marx, o desemprego não seria um problema, mas sim seria útil ao funcionamento do sistema, para manter disciplinados os trabalhadores; bem como diversos outros efeitos maléficos para a classe trabalhadora seriam benéficos para a valorização do capital (extração de mais valor, alienação, superpopulação relativa, dentre outros).

A ciência e a técnica, como vimos, serviriam aos interesses do sistema no sentido de modificar os processos produtivos, referentes à subsunção do trabalho ao capital, com vistas de aumentar o mais-valor, não no sentido de aliviar o trabalhador, mas de “libertá-lo” para o desemprego, de acordo com os interesses de valorização do capital. Apesar de a ciência e a tecnologia criarem as condições materiais para a superação do sistema, do trabalho alienado e abstrato e da exploração do trabalho, seria necessário que a classe trabalhadora se apropriasse dessas transformações de maneira que a liberasse não para o desemprego mas para o ócio, para o tempo de lazer e para o desenvolvimento das capacidades individuais e a construção coletiva da sociedade, melhorando progressivamente as condições sociais de vida.

Se a teoria do valor é interpretada como uma teoria da valorização, i.e., se o objetivo último do sistema capitalista é a valorização do capital, esse se torna o objetivo principal, e não a geração de empregos ou o bem-estar geral, que podem ser objetivos secundários ou, na verdade, antagônicos aos interesses da

valorização do capital, na medida em que o desemprego, por aumentar o exército de reserva, torna a força de trabalho mais “dócil”, por exemplo.

E, se por um lado o capital busca tentar gerar valor prescindindo do trabalho (aumentando sua composição orgânica), por outro o trabalho como categoria sociológica continua muito importante como definidor de identidades/relações sociais e fundamental para a sobrevivência de bilhões de trabalhadores. Eis um grande dilema a ser enfrentado pela sociedade: é possível conciliar ambos interesses?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balibar, E. “Los elementos de La estructura y su historia”. In: Althusser, L. y Balibar, E. **Para leer El capital**, Siglo Veintiuno Editores S.A. Segunda edición en español, Buenos Aires, Argentina, 1969b
- Bianchi, M. **La teoría del valor desde los clásicos a Marx**. Editor Alberto Corazón, Madrid, 1975
- Fausto, R. **Dialética Marxista, Dialética Hegeliana**. 1997
- _____. **Marx: Lógica e política**. Ed. 34, Tomo III, São Paulo, 2002
- Godelier, M. **Lo ideal y lo material: Pensamiento, economías, sociedades** Madrid, Taurus Humanidades, 1989
- Hyman R. “Europeização ou erosão das relações laborais?” In Estanque, et al. **Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização**. São Paulo, Editora Cortez, 2005
- Lafargue, P. **O Direito à preguiça**. Editora Claridade, São Paulo, 2003
- Mandel, E. “La teoria marxista de la alienación” In: Mandel, E; Novack, G. **Teoría Marxista de la alienación**. Editorial Pluma, Colômbia 1977
- Marx, K. **Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie**. Editora Alfred Kröner, Stuttgart, Reimpressão da 6ª Edição, 1957
- _____. **O capital**, livro I, capítulo VI (inédito) Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983
- _____. **O capital: crítica da economia política** Volume III, Livro Terceiro, Tomo 1 São Paulo, Abril Cultural: 1984b
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo. Editora Martin Claret, 2006a
- _____. **Salário, Preço e Lucro**. Centauro Editora, São Paulo, 2008
- _____. **Para a crítica da Economia política: Manuscrito de 1861 – 1863 (Cadernos I a V) – Terceiro Capítulo**. O capital em Geral. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2010
- _____. **Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política, São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011
- Mazzucchelli, F. **A contradição em processo: O capitalismo e suas crises**. Campinas, Unicamp, IE, 2004
- Mollo, M. L. R. “Valor e Pinheiro nos Grundrisse: uma discussão contemporânea”. In: de Paula, J. (org) **Ensaio Geral: Marx e a crítica da Economia Política (1857-1858)**. Editora Autêntica, 2010
- Mustafa, P.; Benatti, L. “Trabalho e necessidades: há satisfação das necessidades humanas na era do capital?” In Lourenço, E. et alli (orgs.) **O avesso do trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. Expressão Popular/FAPESP, São Paulo, 2010
- Napoleoni, C. **Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx**. Ed.Ciências Humanas - São Paulo, 1981

- Nicolaus, M. “O Marx Desconhecido” in Blackburn, R. (Org.) **Ideologia na Ciência Social**. Trad. port., Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982
- Novack, G. “El problema de la alienación” In: Mandel, E.; Novack, G. **Teoría Marxista de la alienación**. Editorial Pluma, Colômbia 1977
- Paula, J. A. “A dialética Valores e Preços” In: **Revista de Economia Política**, vol. 20, nº 4 (80), out-dez/2000
- Paula, J. A.; Cerqueira, H. E. A. G.; Albuquerque, E. M. “Ciência e tecnologia na dinâmica capitalista: a elaboração neo-schumpeteriana e a teoria do capital” In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n.2, 2002
- Paula, J. A.; Crocco, M.; Cerqueira, H. E. A. G.; Albuquerque, E. M. “Conhecimento e Interesse em economia.” In: **Est. Econ.**, São Paulo, v.33, n.3, p.559-595, Julho-setembro, 2003
- Paulani, L. **Modernidade e Discurso Econômico**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004
- Pietranera, G. “La Estructura Lógica de El Capital”. In Dobb, M. et alli. **Estudios sobre El Capital**. Editora Siglo XXI, 1970
- Polanyi, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980
- Poulantzas, N. **Poulantzas**: Sociologia. São Paulo, Editora Ática, 1984
- Ramalho, J. R. **Flexibilidade e crise do emprego industrial - sindicatos, regiões e novas ações empresariais**. Sociologias vol.12 no.25 Porto Alegre Sept./Dec. 2010
- Rosdolsky, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro, EDUERJ, Contraponto, 2001
- Rubin, I. **A Teoria Marxista do Valor** Editora. Polis, 1987
- Siebert, H.; **Labor market rigidities**: at the root of unemployment in Europe. Journal of Economic Perspectives, Volume II, Number 3, Summer 1997
- Tavares, M. C. **Ciclo e Crise**: o movimento Recente da industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, 1998
- Vega, R. La “sociedad del conocimiento”: una falacia comercial del capitalismo contemporáneo. In: **Revista opciones pedagógicas** 35 y 36, pp 124-139, 2007
- Wolf, Eric R. **Europa y la gente sin historia** México, Fondo de Cultura Económica, 1987